



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 547569 - PB (2019/0352080-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : JOSE ALVES CARDOSO E OUTRO
ADVOGADOS : JOSÉ ALVES CARDOSO - PB003562
MATEUS DIAS DE OLIVEIRA DE ALMEIDA - PB025163
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : LEANDRO LIMA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : WAGNER MARTINS DA SILVA
CORRÉU : MAXIMILIANO ROBESPIERRE TARGINO DE SA
CORRÉU : ROSANDRO ALEX FARIAS DA SILVA
CORRÉU : GILVANDO MARQUES VICENTE
CORRÉU : SEVERINO RAMOS DOS SANTOS
CORRÉU : JEFFERSON LIMA DE ARAUJO
CORRÉU : JAQUELINA ARAUJO DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de LEANDRO LIMA DA SILVA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba no julgamento do HC n. 0810204-18.2019.8.15.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi denunciado e preso preventivamente em 25/3/2017 pela suposta prática dos delitos tipificados no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, IV, V e VII, ambos da Lei n. 11.343/06, no art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/2012 e art. 2º, *caput*, c/c os §§ 3º e 4º, inc. IV da Lei n. 12.850/2013, c/c o art. 69 do Código Penal (tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e organização criminosa).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS. Tráfico ilícito interestadual de entorpecentes, lavagem de dinheiro e Art. 33, , c/c art. 40, incisos IV, V e VII, ambos da Lei nº 11.343/06, e art. organização criminosa. caput 1º, , da Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12 e art. 2º, , c/c §§ 3º e 4º, caput caput inciso IV, da Lei nº 12.850/13, c/c art. 69 do Código Penal. Prisão preventiva. Excesso de prazo. Inexistência. Ausência de desídia do Estado-Juiz. . Ordem denegada- O decurso do prazo legal para conclusão da instrução criminal, por si só, não é suficiente para a caracterização de constrangimento ilegal. Eventual atraso na formação da culpa deve ser analisado à luz do princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, sendo necessária para o reconhecimento do excesso de prazo a comprovação de que houve demora injustificada causada por juiz ou pelo Ministério Público, o que não ocorreu no presente feito.- No

caso em evidência, os fatos relatados pela magistrada justificam a demanda de um tempo maior na tramitação do processo - complexidade do feito, que se trata de uma grande operação com elevado número de réus (12), diversidade de causídicos atuantes no processo, além de inúmeros pleitos realizados por estes, não havendo que se falar em excesso de prazo injustificado (fls. 18/19).

No presente *writ*, o impetrante aponta excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o paciente estaria acautelado desde o dia 25/3/2017, ou seja, há 2 anos, 7 meses e 21 dias, do dia da impetração, sem que tivesse sido proferida sentença.

Aduz que ocorreram as audiências de instrução e julgamento, sendo a última em 11/9/2018, não sendo concluída a instrução até a presente data, haja vista a necessidade de expedição de cartas precatórias para a oitiva de alguns réus que não estão no alcance da Comarca da Capital.

Ressalta que o interrogatório de um dos corréus está marcado para 25/11/2019.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, deferindo-lhe o benefício de aguardar em liberdade o desenrolar da ação penal.

Indeferida a liminar (fls. 324/326), as informações solicitadas foram devidamente prestadas (fls. 330/542) e o Ministério Público Federal manifestou-se pela denegação da ordem (fls. 546/548).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Passo à análise das alegações expostas na inicial tão somente para verificar se existe flagrante constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Conforme relatado, busca-se, no presente *writ*, a expedição do alvará de soltura do paciente em razão de alegado excesso de prazo no julgamento do processo.

Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça – STJ que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.

Na hipótese, a meu ver, o processo tem seguido regular tramitação. O maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a uma pluralidade de réus (12), sendo que alguns deles residem fora da Comarca processante, integrantes de organização criminosa de tráfico interestadual na região do estado da Paraíba, com transporte terrestre de drogas provenientes dos estados do Ceará, Mato Grosso do Sul e Acre, além de ser um processo com diversas testemunhas e expedição de cartas precatórias, advogados distintos, em que foi instaurada operação denominada "Acrópole" para as investigações e combate ao tráfico e associação ao tráfico de entorpecentes.

Verifica-se na informações prestadas pelo Juízo *a quo*, que já foram realizadas audiências para a oitiva das testemunhas da acusação, sendo expedidas várias cartas precatórias para diversos estados da federação para a oitiva das testemunhas da defesa e para os interrogatórios dos réus, estando o pleito aguardando a devolução das mesmas para que se possa por fim a instrução processual. Do andamento processual no sítio eletrônico do Tribunal de origem, verifiquei que em 28/1/2020 estava sendo juntada carta precatória.

Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora.

RECURSO EM HABEAS CORPUS. POSSE ILEGAL DE ARMAS DE FOGO, DE USO PERMITIDO E DE USO PROIBIDO. REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS DE PROTAGONISMO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA VOLTADA A ROUBOS E AO TRÁFICO DE DROGAS ILÍCITAS. INDÍCIOS DE CONTUMÁCIA DELITIVA QUE JUSTIFICAM A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. COMPLEXIDADE DO FEITO, COM 15 RÉUS E DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELO JUÍZO ORIGINÁRIO. RECURSO NÃO PROVIDO, NA LINHA DO PARECER MINISTERIAL, COM RECOMENDAÇÃO.

[...]

3. Indícios de protagonismo em organização criminosa notória, ligada a roubos e ao tráfico de drogas ilícitas, além da flagrada posse ilegal de armas de fogo, de uso permitido e de uso restrito, justificam amplamente o receio das instâncias ordinárias relativa à liberdade provisória do recorrente.

4. Quanto à duração da prisão preventiva, registre-se que os fatos analisados nestes autos escapam em muito do ordinário, sendo certo que a complexidade da causa, a declinação de competência do Juízo originário e a pluralidade de réus (15), em adição à elevada probabilidade de reiteração delituosa, conforme apurado pelas instâncias ordinárias, tornam inviável reconhecer o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo.

5. Recurso em habeas corpus não provido, com recomendação de celeridade em homenagem ao princípio da duração razoável do processo (RHC 102.357/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 28/09/2018).

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. MÉRITO. ANÁLISE DE OFÍCIO. PRISÃO CAUTELAR. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. PRISÃO PROVISÓRIA DE 1 ANOS E 6 MESES, SEM CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA INTERROGATÓRIOS E OITIVA DE TESTEMUNHAS. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. RECOMENDAÇÃO DE CELERIDADE.

[...]

2. O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ). (RHC 62.783/ES, Rel. Ministro FELIX FISCHER,

QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 08/09/2015).

3. No caso, considera-se regular o prazo de tramitação do processo, tendo em vista a pluralidade de réus e a necessidade de se deprecar a realização de diversos atos processuais, dentre eles, citações e interrogatórios de dois acusados (segregados em comarcas distintas), bem como a oitiva de testemunhas.

4. Ausente a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da ação penal e demonstrados os requisitos autorizadores da custódia cautelar, não há falar em constrangimento ilegal hábil a ser reparado, de ofício, por este Superior Tribunal de Justiça (Precedentes).

5. Habeas corpus não conhecido, com recomendação de urgência no prosseguimento do processo (HC 338.794/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 15/2/2016).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. NEGATIVA DE AUTORIA E ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIÁVEL NA VIA ELEITA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. PRISÃO QUE VISA INTERROMPER OU DIMINUIR A ATUAÇÃO DE INTEGRANTES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL NÃO CONFIGURADO. COMPLEXIDADE. PLURALIDADE DE RÉUS E DEFENSORES. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS.

[...]

VI - No caso em tela, não se configura, por ora, o alegado excesso de prazo na instrução processual (paciente preso desde 18/12/2014), dadas as circunstâncias e peculiaridades da causa, como a complexidade do feito, a pluralidade de acusados, diversidade de defensores e necessidade de expedição de cartas precatórias.

VII - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva, se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar.

VIII - Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

Habeas Corpus não conhecido (HC 330.351/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 17/11/2015).

Desse modo, não se constata flagrante ilegalidade por alegado excesso de prazo.

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator